

Deus (1): argumentos em prol de sua existência

“Porquanto o que de Deus se pode conhecer neles¹ se manifesta, porque Deus lho manifestou. Porque as suas coisas invisíveis, desde a criação do mundo, tanto o seu eterno poder, como a sua divindade, se entendem, e claramente se veem pelas coisas que estão criadas, para que eles fiquem inescusáveis” (Rm 1.19-20).

Dando prosseguimento à nossa série de estudos sobre **Doutrinas Bíblicas**, quero me ocupar no estudo sobre “DEUS”, em três partes. Neste post (artigo), enfatizando resumidamente alguns argumentos sobre a existência de Deus.



A relevância de um Criador²

Já citamos e postamos [aqui](#) o texto completo de Myer PEARLMAN, onde ele apresenta alguns argumentos bíblico-filosóficos acerca da existência de Deus, como a **criação** (um princípio; efeito de uma causa suficiente); o **desígnio** (universo como obra dum Arquiteto inteligente), a **natureza humana** (regulada por conceitos do bem e do mal), a **história** (marcada por dos eventos que demonstram evidências de um poder e duma providência dominantes) e a **crença universal** (tão difundida quanto a própria raça humana).

Mas queremos usar como base neste artigo, principalmente o texto de A. J. HOOVER³, onde os argumentos acerca da existência de Deus às vezes se interpõem e se completam aos de Pearlman.

¹ “Porquanto o que de Deus se pode conhecer neles se manifesta, porque Deus lho manifestou...”. Neles, isto é os **gentios**, isto é, os povos não-judeus. Veja mais no comentário de G. T. THOMSON e F. DAVIDSON (In. SHEDD: 1983), no final deste artigo.

² Imagem disponível em: <<http://ourview.com.br/index.php/tag/criador-do-mundo/>>. Acesso em: 08/04/2019.

Conforme Hoover há três maneiras segundo as quais se pode argumentar em prol da existência de Deus, que são a abordagem a *priori* (definição, principalmente de Anselmo de Cantuária, acerca de Deus como um ser infinito, perfeito e necessário, cuja inexistência é inconcebível), a abordagem a *posteriori* (que oferece evidências extraídas do mundo, do universo observável e empírico, insistindo em que Deus é necessário para explicar certos aspectos do cosmos) e a abordagem *existencial* (que firma a experiência direta de Deus através da revelação pessoal). Mas a mentalidade popular parece gostar mais da abordagem a ***posteriori***. E é por este caminho que seguem os argumentos⁴ a seguir:

1. O Argumento Cosmológico

Este argumento tem mais de uma forma. A mais antiga ocorre em Platão⁵ e Aristóteles⁶ e ressalta a necessidade de explicar a causa do movimento. Supondo que o repouso é natural e o movimento não o é, estes pensadores chegaram a Deus como o necessário Agente Motor de todas as coisas. Tomás de Aquino usou o movimento como sua primeira prova na *Summa Theologica*⁷. Tudo quando se movimenta deve ser movimentado por outra coisa. Mas esta cadeia de motores não pode continuar até o infinito – esta é uma suposição-chave – porque então não haveria agente motor primário e, portanto nenhum outro motor. Devemos chegar, portanto, a um Agente Motor, ou Motor Primo, segundo conclui Aquino, “*e todos entendem que se trata de Deus*”.

Este argumento baseado no movimento está longe de ser coerente para a nossa geração científica, porque entendemos que o movimento é natural e que o repouso é desnatural, conforme declara o princípio da inércia. Muitos filósofos insistem em que o movimento de uma série infinita de motores não é impossível nem contraditória, de modo algum.

³ A. J. HOOVER é Doutor (Ph.D.), pela Universidade do Texas, Professor de História, Universidade Cristã de Abilene, Abilene, Texas, EUA, e um dos colaboradores da *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã* (q.v.), editada por Walter A. ELWELL.

⁴ Adaptação de parte do texto “*Argumentos em prol da existência de Deus*”, de A. J. Hoover (Nota 1), pp. 421 a 427,

⁵ PLATÃO. *Leis*, Livro X.

⁶ ARISTÓTELES. *Metafísica*, Livro VIII.

⁷ Em sua obra, “*A Suma Teologica*” Tomás de Aquino que foi um grande estudioso dos escritos de Aristóteles buscou provar a existência de Deus por meio da razão.

A forma mais interessante – e persuasiva – do argumento cosmológico é a “*terceira via*” de Aquino, o argumento baseado na contingência. Sua força deriva da sua maneira de empregar tanto a permanência quanto a mudança. Epicuro declarou o problema metafísico há séculos: “*obviamente algo existe agora, e algo nunca surgiu do nada*”. A existência, portanto, deve ter sido sem início. Um Eterno Algo deve ser admitido por todos – teístas, ateus e agnósticos.

Mas o universo físico não poderia ser este Eterno Algo, porque ele é obviamente contingente, mutável, sujeito à decadência. Como uma entidade em decomposição poderia explicar-se a toda a eternidade? Se cada coisa/evento contingente presente depende de uma coisa/evento contingente anterior, e assim por diante *ad infinitum*, então isto não fornece nenhuma explicação adequada de coisa alguma.

Daí, para haver alguma coisa que seja até mesmo um pouco contingente no universo, deve haver pelo menos uma coisa que não seja contingente – algo que seja necessário no meio de todas as mudanças e estabelecido em si mesmo. Neste caso, “necessário” não se aplica a uma proposição, mas a uma coisa, e significa infinito, eterno, perpétuo, causado por si mesmo, auto existente.

Não basta dizer que o tempo infinito solucionará o problema da existência contingente. Não importa quanto tempo haja disponível, a existência dependente continua dependendo de alguma coisa. Tudo quanto estiver contingente dentro do alcance do infinito passará, num determinado momento, a não existir. Mas se houve um momento em que nada existia, logo, nada existiria agora.

A escolha é simples: ou escolhemos um Deus autoexistente ou um universo autoexistente – e o universo não se comporta como se fosse autoexistente. Na verdade, de conformidade com a segunda lei da termodinâmica, o universo está parando como um relógio sem corda, ou melhor, está esfriando como um forno gigante. A energia está sendo constantemente difundida ou dissipada, ou seja, progressivamente distribuída por todo o universo. Se este processo continuar por mais alguns bilhões de anos – e os cientistas nunca observaram uma restauração da energia dissipada – logo, o resultado será um estado de equilíbrio térmico, uma “morte do calor”, uma degradação aleatória da energia por todo o cosmos e, daí, haverá a estagnação de toda a atividade física.

Os naturalistas, desde Lucrécio até Sagan, têm pensado que não precisamos postular Deus enquanto a natureza puder ser considerada uma entidade que se autoexplica por toda a eternidade. Mas é difícil sustentar esta doutrina se a segunda lei

for verdadeira e a entropia for irreversível. Se o cosmos está deixando de funcionar por falta de impulso, ou se está esfriando totalmente, logo, não pode ter estado eternamente deixando de funcionar ou esfriando. Deve ter tido um início.

Uma réplica popular ao argumento cosmológico é perguntar: “*Se Deus criou o universo, quem, pois criou a Deus?*” Se insistirmos em que o mundo teve uma causa, não devemos insistir também em que Deus teve uma causa? Não, porque se Deus é um ser necessário – fato este que é estabelecido se aceitarmos a prova – logo, é desnecessário perguntar sobre as Suas origens. Seria como perguntar: “*Quem criou o Ser incriável?*” ou “*Quem causou o Ser incausável?*”

Mais séria é a objeção de que a prova baseia-se numa aceitação não-crítica do “*princípio da razão suficiente*”, a ideia de que cada evento/efeito tem uma causa. Se este princípio for negado, mesmo na metafísica, o argumento cosmológico perderá o seu impacto. Hume argumentou que a causalção é um princípio psicológico, não metafísico, cujas origens se achavam na propensão humana de tomar por certas ligações necessárias entre eventos, enquanto tudo quanto realmente vemos é contiguidade e sucessão. Kant apoiou Hume ao Argumentar que a causalidade é uma categoria embutida em nossas mentes como uma das muitas maneiras pelas quais ordenamos a nossa experiência. Sartre achava que o universo era “*infundado*”. Bertrand Russell alegava que a questão das origens estava emaranhada em verbosidade sem sentido e que devemos restringir-nos a declarar que o universo “*simplesmente existe, e com isso esgota-se o assunto.*”

Não é com facilidade que se comprova o princípio da causalidade. É uma daquelas pressuposições fundamentais que se faz ao elaborar-se uma cosmovisão. No entanto, pode ser indicado que, se alijarmos a ideia da razão suficiente, destruiremos não somente a metafísica como também a ciência. Quando alguém ataca a causalidade, ataca boa parte do conhecimento em si, porque sem este princípio a conexão racional na maior parte da nossa aprendizagem se desfaz. Por certo, não é irracional pesquisar a causa do universo inteiro.

2. O Argumento Teleológico ou do desígnio

Esta é uma das provas teístas mais antigas, mais populares e mais inteligíveis. Sugere que há uma analogia específica entre a ordem e a regularidade do cosmos e algo produzido pela engenhosidade humana. Voltaire colocou o assunto em termos um pouco simplistas: “*Se um relógio comprova a existência do relojoeiro, mas o universo*

não comprova a existência de um grande Arquiteto, então consinto em ser chamado de tolo”.

Ninguém pode negar que o universo parece ser resultado de desígnio⁸; exemplos da ordem proposital acham-se ao nosso redor. Em quase qualquer lugar, acham-se aspectos da existência que demonstram que o universo é basicamente amistoso à vida, à mente, à personalidade e aos valores. A própria vida é uma função cósmica, ou seja, uma disposição muito complexa de coisas tanto terrestres quanto extraterrestres deve entrar em ação antes de a vida poder subsistir. A Terra deve ter o tamanho exatamente certo, a sua rotação deve ser exatamente correta, sua distância do sol deve estar dentro de certos limites, sua inclinação deve ser correta para causar as estações, deve haver um equilíbrio muito delicado entre a terra seca e as águas. Nossa estrutura biológica é muito frágil. Com um pouco mais de calor ou de frio, morreremos. Precisamos de luz, mas não da ultravioleta em demasia. Precisamos de calor, mas não da luz infravermelha em demasia. Vivemos exatamente embaixo de uma proteção atmosférica que todos os dias nos serve de escudo contra milhões de mísseis. Vivemos exatamente 16 km acima de uma blindagem e rochas que nos protege do calor terrível abaixo dos nossos pés. Quem criou todos estes anteparos e escudos que tornam possível a nossa existência terrestre?

Mais uma vez, há uma escolha que devemos enfrentar. Ou o universo foi projetado, ou desenvolveram-se por acaso todas estas características. O cosmos ou é um plano ou um acidente!

A maioria das pessoas tem uma repugnância inata à ideia do acaso, porque contradiz a maneira segundo a qual ordinariamente explicamos as coisas. O acaso não é uma explicação, mas a falta de explicação. Quando um cientista explica um evento imediato, ele age segundo a suposição de que este universo é regular, onde tudo ocorre como resultado da marcha ordeira de causa e efeito. Quando, porém, o naturalista chega à metafísica, à origem do universo inteiro, abandona o princípio da razão suficiente e toma por certo que a causa de tudo é uma inimaginável sem-cause, o acaso ou o destino.

⁸ O argumento do **desígnio**, também destacado por Myer PERLMAN ([veja AQUI](#)) é usado pelos teístas para defender a existência de Deus, pois está relacionado com o modo regular, ordenado e complexo como o universo está organizado. Estes fatores revelam o desígnio de um ser divino e criador, cujos sinais são: todos aqueles objetos naturais que se assemelham a máquinas feitas pelo homem; o modo como as partes na natureza se juntam e se combinam entre si; e a adaptação dos meios aos fins. Destes sinais do desígnio, estabelecendo uma analogia entre os desígnios e as obras humanas e os desígnios e obras divinas, os teístas inferem a existência de um autor divino – Deus –, cuja inteligência e planejamento sejam de algum modo análogos às dos humanos.

Imagine que você está em pé olhando para um alvo, e vê uma flecha, atirada detrás de você, “acertar na mosca”. Depois, você vê mais nove flechas, atiradas em rápida sucessão, todas atingindo o mesmo ponto. A pontaria é tão exata que cada flecha racha a flecha anterior ao atingir o alvo. Ora, uma flecha atirada ao ar está sujeita a muitos processos contrários e discordantes – a gravidade, a pressão do ar e o vento. Quando dez flechas em seguida atingem exatamente o mesmo alvo, isto não exclui a possibilidade do mero acaso? Você não diria que isto foi o resultado de um exímio arquiteto? Esta parábola não forma uma analogia com o nosso universo?

Objeta-se que o argumento do desígnio, mesmo que fosse válido, não comprova a existência de um criador, mas somente de um arquiteto, e mesmo neste caso, apenas um arquiteto suficientemente inteligente para produzir universo conhecido, e não necessariamente um ser onisciente. Esta objeção é correta. Não devemos procurar mais do que a vidência permitida. Não teremos uma visão cem por cento completa do Javé da Bíblia através de qualquer evidência da teologia natural. Este nosso universo, no entanto, é tão vasto e maravilhoso que podemos concluir com segurança que seu projetista deve ser digno de nossa adoração e devoção.

Muitos objetam que a teoria da evolução remove boa parte do impacto do argumento do desígnio. O evolucionismo demonstra que o desígnio maravilhoso nos organismos vivos veio a existir mediante a adaptação lenta ao meio-ambiente, e não pela criação inteligente. Esta é uma alegação falsa. Mesmo se fosse admitida, a evolução simplesmente introduz um período mais longo de tempo na questão do desígnio. Comprovar que relógios vinham de uma fábrica completamente automatizada sem intervenção humana alguma não nos levaria a perder o interesse por um projetista, porque se pensamos que um relógio é maravilhoso, o que devemos pensar de uma fábrica que produz relógios? Isto não sugeriria com igual ênfase a existência de um projetista? As pessoas religiosas têm sido muito atemorizadas pela teoria da evolução.

Até mesmo os grandes críticos da teologia natural, como Hume e Kant, revelavam admiração pelo argumento teleológico. Hume atribuía a ele certa validade limitada. Kant foi mais além. *“Esta prova sempre merecerá ser tratada com respeito. É a mais antiga, a mais clara, e a que mais está de conformidade com o raciocínio humano... Nada temos a dizer contra a racionalidade e a utilidade desta linha de argumento, mas desejamos, pelo contrário, recomendá-la e estimulá-la”*.

3. O Argumento Moral

Esta é a mais recente das provas teístas. O primeiro filósofo de destaque que a usou foi Kant, que achava deficientes as provas tradicionais. Kant sustentava que a existência de Deus e a imortalidade da alma eram questões de fé, e não do raciocínio especulativo comum que, segundo declarava, está limitado à sensação.

Kant raciocinava que a lei moral nos ordenou a buscar o *summum bonum* (o sumo bem) tendo a perfeita felicidade como resultado lógico. Mas surge um problema quando contemplamos o fato desagradável de que “*não há o mínimo fundamento na lei moral para uma conexão necessária entre a moralidade e a felicidade proporcional num ser que pertence ao mundo como parte dele*”. Portanto, o único postulado da experiência moral do homem que fará sentido é “*a existência de uma causa de toda a natureza, distinta da própria natureza*”, isto é, um Deus que recompensará devidamente o esforço moral em outro mundo. Num universo sem Deus a experiência mais profunda do homem seria um enigma cruel.

Na sua obra *Rumor of Angels* (“Rumor dos Anjos”), Peter Berger oferece uma interessante versão negativa do argumento moral, denominada por ele “*o argumento da perdição eterna*”. Nossa condenação moral apodíctica de homens imorais como Adolf Eichmann parece transcender gostos pessoais e costumes sociais; parece exigir uma condenação de dimensões sobrenaturais. Alguns atos não são apenas maus, mas monstruosamente malignos; parecem estar imunes a qualquer tipo de relativismo moral. Ao pronunciarmos julgamentos morais de tão grande peso, como quando condenamos a escravidão e o genocídio, apontamos em direção a um âmbito transcendente de absolutos morais. De outra forma, toda a nossa moralização fica sem fundamento e razão de ser. Um “*relativista pregador*” é uma das mais cômicas autocontradições.

A maioria dos pensadores modernos que usa o argumento moral dá continuidade à tese de Kant de que Deus é um postulado necessário para explicar a experiência moral. Kant pensava que a lei moral poderia ser estabelecida pelo raciocínio, mas invocou a presença de Deus para garantir a recompensa da virtude. Os pensadores modernos não fazem tanto uso do conceito de Deus com vistas à recompensa, mas com o intuito de providenciar um fundamento para a lei moral em primeiro lugar.

O argumento moral começa com o simples fato de experiência ética. A pressão no sentido do cumprimento do dever pode ser sentida tão fortemente quanto a pressão

de um objeto empírico. Quem ou o que está provocando esta pressão? Não basta dizer que a sociedade nos condiciona a sentir essas pressões. Alguns dos maiores moralistas da História adquiriram fama exatamente porque criticaram as falhas do seu grupo – tenha sido tribo, classe, raça ou nação. Se o subjetivismo social é a explicação da motivação moral, logo, não temos direito algum de criticar a escravidão, o genocídio ou coisa alguma!

Os evolucionistas atacam o argumento moral, insistindo que toda a moralidade é meramente um longo desenvolvimento a partir dos instintos animais. Os homens gradualmente elaboram seus sistemas éticos convivendo em comunidades sociais. Mas esta objeção é uma espada de dois gumes: se elimina a moralidade, também elimina o raciocínio e o método científico. O evolucionista acredita que o intelecto humano desenvolveu-se do cérebro físico dos primatas, mas toma por certo que o intelecto é fidedigno. Se a mente faz jus à confiança, embora tenha evoluído de formas inferiores, por que não a natureza moral também?

Muitas pessoas colocam-se numa posição intermediária e aceitam o objetivismo moral, mas querem parar no ponto do âmbito transcendental dos absolutos morais impessoais. Negam que seja necessário crer numa Pessoa, numa Mente ou num Legislador. Isto parece ser redutivo. É difícil imaginar uma “mente impessoal”. Como uma coisa poderia nos fazer sentir obrigados pelo dever a sermos bondosos, úteis, verazes e amorosos? Devemos prosseguir firmemente até chegar a uma Pessoa, a Deus, ao Legislador. Somente aí a experiência moral é adequadamente explicada.

Até que ponto todas estas provas teístas **são válidas**? O que diz o apóstolo Paulo?

Esta pergunta levanta questões em vários campos: lógica, metafísica, física e teoria do conhecimento. Citamos alguns pensadores acima como Aquino, Hume, Pascal e Kant. Mas fico apenas com o argumento do apóstolo Paulo, parte do qual usamos para encabeçar este artigo. Ele parece exigir um alto conceito das provas teístas quando diz que os descrentes são ‘indesculpáveis’. *“Porquanto o que de Deus se pode conhecer neles [nos homens] se manifesta, porque Deus lho manifestou. Porque as suas coisas invisíveis, desde a criação do mundo, tanto o seu eterno poder, como a sua divindade, se entendem, e claramente se veem pelas coisas que estão criadas, para que eles fiquem inescusáveis”* (Rm 1.19-20).

Ampliando um pouco mais este argumento, até o verso 32, o apóstolo Paulo trata da justiça dos gentios – povos não-judeus –, e neste texto, destacam Thomson e Davidson:

Paulo traça um retrato vivido da injustiça do mundo gentílico, descrevendo a religião pagã (impiedade) e a moralidade pagã (injustiça). Sobre uma e outra **a ira de Deus** se revela (18), de igual modo como se revela Sua justiça... Os gentios tornaram-se **nulos em seus próprios raciocínios** (21); isto é, fúteis em suas filosofias... Essa jactanciosa teorização levava à idolatria, visto como, obscurecendo ou detendo a verdade (18), fazia-os afastar-se de Deus e a excogitar ignóbeis substitutos dEle (23). Eles deviam compreender melhor! Deviam conhecer o que era cognoscível. Deus Se lhes revelara. Sua mão oculta, desde o princípio, podia ser bem discernida. Deus sempre deu testemunho de Si, tanto pela natureza como pela consciência. Não havia desculpas para a ignorância deles. Embora seja paradoxal falar em ver o invisível, as coisas invisíveis de Deus, o **seu próprio poder e divindade**, ‘Deus em ação e na Sua essência’, nunca estiveram escondidas do homem (20). E assim Paulo condena as filosofias gentílicas por alienarem de Deus os homens, Deus que é a verdade, e por conduzirem ao culto vão dos ídolos... (G. T. THOMSON e F. DAVIDSON (In. SHEDD: 1983, p. 1156).

Paulo não estava necessariamente afirmando que os argumentos são dedutíveis, analíticos ou demonstrativos. Se alguém rejeitasse uma proposição de alta probabilidade, ainda poderíamos dizer que ele não tinha desculpa. Os argumentos, em seu efeito cumulativo, oferecem uma defesa muito forte da existência de Deus, mas não são logicamente inexoráveis nem racionalmente inevitáveis. Se definirmos a prova como ocorrência provável baseada nas experiências empiricamente produzidas e sujeitas ao teste do julgamento razoável poderemos, pois, dizer que os argumentos comprovam a existência de Deus.

Se Deus realmente existe, estamos lidando com uma proposição fatural, e o que realmente queremos, ao pedirmos a prova de uma proposição fatural, não é uma demonstração da sua impossibilidade lógica, mas, sim, um grau de evidência que exclua a dúvida razoável. Algo pode ser tão provável que exclui a dúvida razoável sem ser dedutiva, analítica, demonstrativa ou logicamente inevitável. Acharmos que as provas teístas – excluindo o argumento ontológico – encaixam-se nesta categoria.

A teologia natural, no entanto, nunca poderá estabelecer a existência do Deus bíblico. Estas provas podem fazer da pessoa um deísta, mas somente a revolução fará

da pessoa um cristão. A razão que opera sem a revelação sempre acaba indicando uma divindade diferente de Javé, o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo. Podemos facilmente confirmar este fato ao compararmos Javé om as divindades de Aristóteles, Spinoza, Voltaire e Thomas Paine.

Portanto, a verdadeira crença no verdadeiro Deus é aquela que é o resultado da revelação geral ou manifestação deste Deus a todas as pessoas de todos os tempos e lugares, mediante a qual elas vêm a saber que este verdadeiro Deus existe e como é, mas este é assunto para um próximo artigo ou post.

Referências bibliográficas:

- ELWELL, Walter. A. (Editor). *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*, Vol. I. São Paulo: Vida Nova, 1988 (1ª Ed.).
- SHEDD, Dr. Russell P. (Editor). *O Novo Comentário da Bíblia*, Vol. II. São Paulo: Vida Nova, 1983.